

Aprecariedade do abate de bovinos do Brasil não se encontra muito distante da caótica crise de produção e comercialização de carne. Na verdade, ele tanto contribui para esta crise, quanto é produto dela, dependente que é da mesma comercialização e produção de carne.

O abate brasileiro caracteriza-se, sobretudo, pela clandestinidade e domínio de grandes empresas frigoríficas. Estima-se que 40% do abate total do país se dê sem fiscalização sanitária ou controle fiscal. Considerando-se apenas o interior, vemos esta taxa subir para a absurda porcentagem de 90%, segundo Flávio da Costa Brito, presidente da Confederação Nacional da Agricultura.

Isto significa que, além da população estar sujeita ao consumo de uma carne deteriorada ou contaminada, a União vem sofrendo uma sonegação fabulosa de ICM, que atualmente situa-se em torno dos 5%. Apenas para se ter uma vaga idéia de quanto representa esta sonegação, no ano de 1977 não foi pago o ICM sobre a venda de 5.574.412 cabeças de gado abatidos ou 78.041.768 arrobas de carne (peso médio por cabeça — 14 arrobas), ou seja, Cr\$ 682.865.470,00 de ICM foram sonegados (os cálculos foram feitos com base no preço médio do boi gordo, recebido pelos pecuaristas em março de 77. Fonte — IEA/Secretaria da Agricultura de São Paulo).

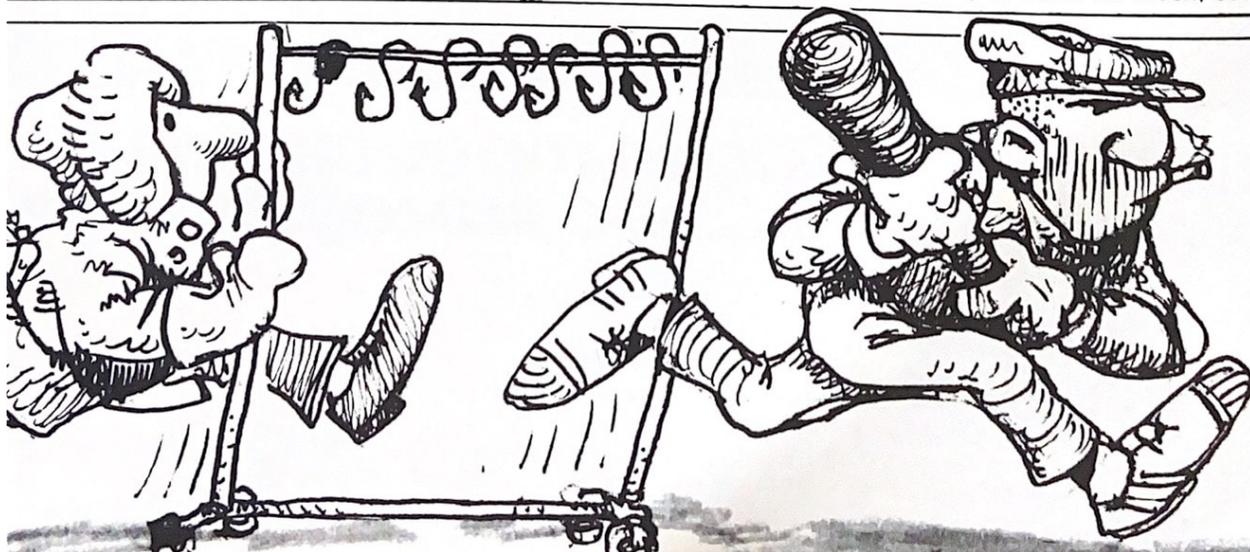
Mas, se por um lado domina a clandestinidade do abate, por outro dominam as grandes empresas frigoríficas, que industrializam a carne (principalmente o dianteiro) para exportação. Segundo o levantamento sobre o mercado de carnes em São Paulo, feita por Maria Lúcia D'Ápice Paez, do Instituto de Economia Agrícola, a tendência das grandes empresas frigoríficas é de dominar o abate sob inspeção federal. Em 1972, conforme o estudo, estas empresas já dominavam 42,5% do abate sob inspeção sanitária ou 25,2% do abate total. Com a recente crise dos frigoríficos em quase todos os estados produtores, esta porcentagem deve ter se elevado consideravelmente, mas as fontes oficiais não possuem uma análise mais profunda.

Crise nos Frigoríficos

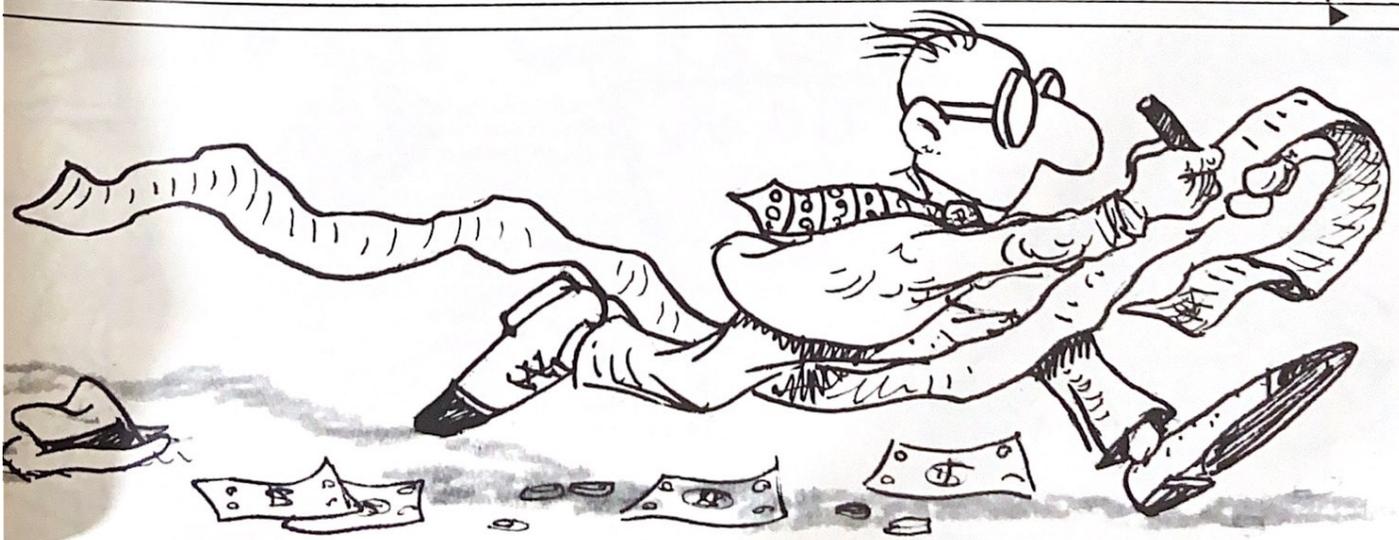
A recente crise nos frigoríficos é consequência direta de dois fatores: a excessiva ampliação do parque industrial das carnes há alguns anos e a proibição do abate durante o período de entressafra.

Na realidade, os dois fatores podem ser resumidos num só: frustração das estimativas de produção.

Nos primeiros anos da década de setenta, explica Renan Baleeiro, Secretário da Agricultura do Estado da Bahia, "o governo estimulou a tecnificação do parque industrial de carne no Brasil, obtendo de em-



Conheça o Clandestino e o Grande Responsável



carne

As grandes empresas frigoríficas de exportação dominam 42,5% do abate sob inspeção federal.

presários do setor a orientação de fortes investimentos no sentido da modernização e da ampliação da capacidade instalada da indústria. A sensibilidade dos empresários aos apelos governamentais era respaldada principalmente pelas perspectivas da demanda internacional e pelas facilidades que se despontavam para as exportações brasileiras com o produto. Estas previsões, contudo, não vieram a ser confirmadas, acarretando em alta capacidade ociosa nos matadouros frigoríficos".

A política de tabelamento da carne, aliada à proibição de abate durante a entressafra, terminou por intensificar esta capacidade ociosa dos frigoríficos, obrigando-os, inclusive, a manter uma mão de obra flutuante (contratada durante a safra) e, portanto, menos especializada e mais onerosa.

Muitos frigoríficos fecharam, outros foram contraindo dívidas com a COBAL e grande parte da indústria está paralisada. Só no Rio Grande do Sul, informa Flor Amaral, presidente da Federação da Agricultura daquele estado, "mais de 50% da indústria não está trabalhando. É o problema mais grave do setor de carne".

Para a citada ampliação do parque industrial da carne no país, "concorreu ainda, decisivamente, a lei da federalização do abate que

determina condições mínimas de operações técnicas sanitárias e econômicas, favorecendo a concentração em torno das empresas modernizadas", diz Renan Baleeiro. Entretanto, continua, "a federalização não se processou com a mesma intensidade em todos os estados, sendo que em alguns deles os frigoríficos clandestinos mantiveram-se com participação majoritária no abate de gado para o abastecimento da população rural e urbana".

Daí a conclusão de que a característica básica de abate brasileiro (de clandestinidade e domínio das grandes empresas) tende a se acentuar, caso tudo continue como está. As sugestões de Renan Baleeiro para solucionar este problema são duas:

— Primeiro, promover a consolidação da federalização, ou seja, do sistema institucional da indústria da carne, aumentando os ganhos de escala dos matadouros frigoríficos, melhorando a qualidade do produto e eliminando a ineficiência do setor. Na Bahia, deve-se reestruturar o parque frigorífico através de estímulos creditícios e fiscais às empresas atuantes; e

— Segundo, evitar as importações de carne como medida de estímulo aos produtores rurais e aos matadouros frigoríficos do país".

Talvez se deva acrescentar aqui, a título de sugestão, a restri-

ção da atuação dos marchantes, hoje muito bem vindos pelos produtores e comerciantes. Como explica Walter Hugo Biavasqui, diretor do Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul, o "marchante aparece em 1972 e passa a ter um papel positivo para o produtor. Antes se abatia 70% dos animais na safra e 30% na entressafra. Hoje se abate quase a mesma coisa num e noutro período. O motivo é simples: todo mês o marchante vai ao produtor, com o dinheirinho contado, e leva sua carne a um preço que vale a pena".

Os marchantes, completa Paulo Salles, proprietário do Frigorífico Frifar, RS, "compram a carne do produtor e vendem ao açougueiro, mas ao mesmo tempo que obtêm um caminhão no frigorífico oficializado, compram outra porção igual dos matadouros clandestinos, e vendem tudo para a estrutura comercial".

Parece claro que os marchantes são intermediários provenientes das distorções do mercado. São bem vindos pelos produtores e comerciantes porque minimizam os efeitos da estrutura da crise sobre eles. Restringir a atuação dos marchantes não quer dizer prender estes intermediários ou aumentar a fiscalização, quer dizer, antes de tudo, eliminar as distorções de que eles são filhos. ■

